

DOCÊNCIA NEGADA: O PAPEL DAS AUXILIARES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA (SP)

Emily Bomfim Souza (IC) e Débora da Silva Cardoso Silva (orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

Este artigo explana algumas reflexões sobre o papel das Auxiliares de Desenvolvimento da Educação Básica (ADEB) na Educação Infantil pública, no município de Carapicuíba (SP). Neste contexto, apresenta-se uma análise da organização das práticas diárias da Auxiliar na Educação Infantil, considerando o rompimento histórico da concepção de escola assistencialista, com foco em apenas cuidar e assistir, e perspectivando uma ação pautada no educar, cuidar e brincar, percebendo a criança como sujeito de direitos. A importância deste estudo se dá à medida em que foram abordadas questões referentes à formação desse profissional exigida por lei, e juntamente a sua função prescrita em editais de concursos públicos do município de Carapicuíba (SP), permitindo realizar uma comparação concreta com a real prática dessas Auxiliares. Em prol de atingir o objetivo proposto, realizou-se um estudo bibliográfico explorando artigos científicos e livros, e juntamente este trabalho se apoiou em um questionário com questões previamente estruturadas de cunho descritivo com características de Estudo de Caso. Participaram do questionário de abordagem qualitativa 83 Auxiliares atuantes no município de Carapicuíba na Educação Infantil pública, a fim das mesmas relatarem fatos e dados com aspectos vivenciados na realidade escolar. De maneira geral, faz-se urgente explanar sobre o papel crucial desempenhado pelas Auxiliares na promoção da Educação Infantil no município de Carapicuíba, desvelando juntamente a luta das mesmas pelo reconhecimento oficial de seu efetivo papel docente.

Palavras-chave: Docência. Auxiliares de Desenvolvimento da Educação Básica (ADEB). Educação Infantil.

ABSTRACT

This article explains some reflections on the role of The Development Aids of Basic Education (ADEB) in public Early Childhood Education, in the municipality of Carapicuíba (SP). In this context, an analysis of the organization of daily practices an Auxiliary in Early Childhood Education is presented, considering the historical disruption of the conception of assistance school, focusing on just caring and assisting, and looking at an action based on educating, caring and playing, perceiving the child as a subject of rights. The importance of this study is

due to the extent that issues related to the training of this professional required by law are addressed, and together with its function prescribed in public tender notices in the municipality of Carapicuíba (SP), allowing a concrete comparison with the real practice of these Auxiliaries. To achieve the proposed objective, a bibliographic study is carried out exploring scientific articles and books, and together this work was based on a questionnaire with previously structured descriptive questions with characteristics of case study. 83 Assistants working in the municipality of Carapicuíba in public Early Childhood Education participated in the questionnaire, to report facts and data with aspects experienced in the school reality. In general, it is urgent to explain about the crucial role played by auxiliaries in the promotion of Early Childhood Education in the municipality of Carapicuíba, with their struggle for the official recognition of their effective teaching role.

Keywords: Teaching. Development Assistants for Basic Education (ADEB). Child education.

1. INTRODUÇÃO

As chamadas Auxiliares no contexto das escolas públicas de Educação Infantil no Brasil, são na prática entendidas como “quebra-galhos”, ou seja, são profissionais que atuam diretamente com as crianças no chão da sala de aula para suprir a defasagem de professores titulares na rede, porém não fazem parte do grupo de apoio no quadro do magistério, limitando seus direitos.

A função das auxiliares deveria pautar-se no auxílio ao professor titular da turma, na promoção de uma educação que envolve o desenvolvimento pleno da criança, em aspectos sociais, intelectuais, físicos e psicológicos. No entanto, torna-se cada vez mais comum, as auxiliares contratadas (maioria do sexo feminino) atuarem como docentes responsáveis pela turma, levando a considerar que essas profissionais exercem funções para além do que era previsto na descrição do cargo ao serem contratadas.

A revista Educação (2018) compilou dados do Ministério da Educação (MEC), apontando que nas creches públicas do país atuam cerca de 154.000 auxiliares, que também podem ser designadas como recriadoras, pajens, monitoras, berçaristas, assistentes de maternal e por vezes até a denominação de babás.

Sabe-se que a situação enfrentada pelas auxiliares na educação pública brasileira prolonga-se há muito tempo, e a ausência de reconhecimento e a sobrecarga e/ou desvio de função faz com que a atuação dessas profissionais fique comprometida, levando a precarização do atendimento e por vezes desviando da garantia do direito constitucional ao acesso das crianças a uma educação pública de qualidade.

Nessa perspectiva, diante da discrepância entre as atribuições da função prevista em documentos oficiais e a real função exercida na prática, percebe-se a necessidade de desvelar o papel das Auxiliares de Desenvolvimento da Educação Básica nas escolas públicas de Educação Infantil, numa perspectiva de dar voz a estas funcionárias, fato que compõe intrinsecamente este trabalho que se destina a explanar sobre as Auxiliares no município de Carapicuíba (SP).

Nesse sentido, indaga-se: O trabalho realizado pelas Auxiliares no cotidiano escolar na Educação Infantil é condizente com a função prevista para o cargo na legislação vigente e nos editais de concursos públicos?

Então, o objetivo geral da pesquisa é verificar as atribuições previstas para o cargo de Auxiliar (ADEB) respaldados na legislação e em editais de concursos públicos e juntamente comparar com a real prática exercida por elas no “chão” da sala de aula.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: descrever o processo histórico na Educação Infantil que levou à configuração do cargo de Auxiliar e/ou Monitor Infantil; analisar documentos que propiciem verificar as atribuições afins previstas oficialmente

para o cargo de Auxiliar e Identificar a percepção das Auxiliares atuantes no cotidiano escolar, referente ao processo de construção da própria identidade docente.

Parte-se da hipótese de que a função exercida pelas Auxiliares no cotidiano escolar transcende as atribuições afins previstas na legislação e em editais de concursos públicos, pois verifica-se que por vezes as Auxiliares assumem ou no mínimo assumiram salas sem a presença de um professor titular e com isso a função de Auxiliar passa a configurar-se de maneira análoga a do professor de Educação Infantil, uma vez que as Auxiliares ao assumirem salas realizam planejamentos prévios para o andamento da rotina prevista para os educandos e perspectivam uma atuação que respeita os direitos da criança, levando-se em consideração que uma das exigências básicas para o cargo de ADEB no município de Carapicuíba é a conclusão do curso normal do magistério e/ou ser estudante do curso de licenciatura plena em pedagogia, com isso configura-se que as Auxiliares não são profissionais leigas na área pedagógica.

Assim, para viabilizar o teste da hipótese, realiza-se uma pesquisa de cunho procedimental bibliográfico e documental, respaldando-se nos principais autores sobre a temática e juntamente perspectivando por meio de uma abordagem qualitativa com objetivos descritivos e exploratórios realizar uma entrevista previamente estruturada em questões abertas para análise sobre a real prática das Auxiliares no cotidiano escolar.

Além da introdução, que se refere à primeira seção, o trabalho encontra-se estruturado conforme a seguinte sequência: A segunda seção, discorre sobre a fundamentação teórica, visando descrever o processo histórico que levou a configuração do cargo de Auxiliar e/ou Monitor Infantil, bem como busca evidenciar apontamentos da LDB-9394/96 referentes ao cargo do magistério.

A terceira seção, revela sobre os procedimentos metodológicos adotados a fim de atingir os objetivos previamente propostos.

A quarta seção, destina-se à análise de dados, percorrendo inicialmente à análise documental, intrinsecamente, dos editais de concursos públicos do município de Carapicuíba, que propiciem a verificação das atribuições previstas para o cargo de Auxiliar de Desenvolvimento da Educação Básica, bem como destina-se a comparar com a real prática dessas profissionais no “chão” da sala de aula. Em sequência, traz reflexões das próprias Auxiliares frente ao processo de construção da identidade docente, desvelando angústias e ambições frente ao cargo e perspectivando apontar a luta dessas profissionais pelo reconhecimento oficial como docentes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Concepção de infância, criança e Educação Infantil

Evidencia-se que a Educação Básica se inicia na Educação Infantil, etapa essa primordial no desenvolvimento social, cognitivo, físico e psicológico da criança, devendo sobretudo garantir os aspectos para o desenvolvimento pleno do sujeito, enquanto criança e enquanto cidadã. Contudo, torna-se necessário destacar que esse por vezes é um discurso permeado de rupturas, uma vez que na prática pode ocorrer um grande distanciamento dessas finalidades, evidenciando que ainda hoje muitas escolas e municípios encaram a Educação Infantil com um viés de “depósito de crianças”¹, superlotando as salas, sobrecarregando funcionários, muitas vezes não qualificados, negligenciando recursos básicos, enfim, não concebem a infância como etapa singular e crucial para vida da criança. Essas considerações nos fazem refletir sobre qual Educação Infantil temos e qual queremos ter.

Neste contexto, para compreender o papel exercido pelas ADEB’s² na Educação Infantil, faz-se necessário primeiro discutir o papel das auxiliares à luz dos estudos que se debruçam frente às concepções de criança, infância e Educação Infantil.

Segundo o Ministério da Saúde “A criança é um ser humano em pleno desenvolvimento. As experiências vividas nos primeiros anos de vida são fundamentais para a formação do adulto que ela será no futuro. Por isso, é muito importante que a criança cresça em um ambiente saudável, cercada de afeto e com liberdade para brincar “. Essas considerações frente à criança são asseguradas pela Constituição Federal de 1988 que diz em seu artigo 227:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF, 1988)

Em nosso contexto o foco de estudo são as crianças pequenas, ou seja, crianças entre 0 a 5 anos que se inserem na Educação Infantil como sujeitos de direitos, históricos, culturais e sociais. Nesse aspecto a história da infância, nos leva a compreender que essas crianças estão inseridas na história e tornam-se sujeitos históricos, como reitera Priore (2010, p.17):

¹ KUHMAN JR

² Auxiliares de Desenvolvimento da Educação Básica

[...] pesquisadores e professores emprestaram seus conhecimentos para dar voz a algumas milhares de crianças brasileiras anônimas. Suas estórias e histórias foram tratadas em várias chaves teóricas e metodológicas. Seus percursos foram reconstruídos por cientistas que acreditavam que é preciso extraí-las do anonimato e do silêncio em que se encontram, pois são elas sujeitos históricos também.

Considerando as crianças como sujeitos históricos e de direitos, partimos para a visão da Constituição Federal de 1988 que garantiu através do Artigo 208 o direito das crianças de até 5 anos (antes da emenda de 2006, crianças de até 6 anos) terem acesso à creches e pré-escolas “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV - Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)” (CF, 1988 - ementa 2006). Com esse respaldo da constituição configurou-se instituições específicas voltadas ao atendimento educacional de crianças pequenas.

Ao longo da história, a compreensão do papel social das instituições destinadas à Educação Infantil foi sendo modificada. Até recentemente, por volta da década de 1960, o atendimento às crianças era percebido com caráter somente assistencialista e médico, em prol do atendimento prioritário de crianças com baixa renda, a fim de possibilitar que suas mães estivessem inseridas no mercado de trabalho. Somente na década de 1980 que as políticas governamentais passaram a se preocupar com a garantia de uma educação de qualidade que beneficiasse efetivamente as crianças. Em 1996 com a LDB 9394/96 constituiu-se a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica de ensino, garantindo a finalidade da Educação Infantil. (MARAFON, FREIRE, 2013)

Contudo, para se prever uma Educação Infantil que se comprometa com a criança enquanto cidadã de direitos, torna-se importante que:

Além do direito à assistência, a ³pré-escola precisa estar comprometida e planejada para ser um espaço de aprendizagem, socialização e animação, onde a criança possa ser criança, isto é, possa desenvolver-se integralmente (corpo e mente; cognitivo, afetivo e emotivo; senso estético e pensamento científico), com atividades diferentes da escola e da sua casa; portanto sem ser aluno e sem ser trabalhador. (FARIA, 2002, p. 206)

³ A “educação pré-escolar”, neste contexto, pode ser entendida como um termo anterior ao que hoje conhece-se como Educação Infantil

Nesse sentido pensar em uma Educação Infantil que venha efetivamente cumprir sua função social, requer uma aliança mútua entre o cuidar e educar, resguardando à criança seu direito de participar, conviver, conhecer-se, brincar, expressar-se e explorar, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quando explana sobre os direitos de aprendizagem das crianças da Educação Infantil. Contudo, não se pode enxergar a criança de modo totalizador e irresponsável como se fossem todas iguais, é indispensável nesse processo de garantia de uma Educação Infantil de qualidade, que a criança seja percebida com um olhar amplo, ético e democrático, respeitando o contexto familiar, histórico e cultural ao qual ela está inserida, bem como deve-se proporcionar uma construção compartilhada entre os pares infantis e com o adulto-educador, como reitera Kramer (1994, p.17),

[...] É preciso reafirmar a concepção de criança como cidadã, como sujeito histórico, entendendo as populações infantis e os profissionais que atuam com as crianças na sua diversidade, na sua condição de sujeitos criadores de cultura, contestando a caracterização de crianças e adultos das camadas populares pela falta, pela carência, pela suposta privação.

2.2 Docência dedicada à infância: desigualdades em ação

A história da Educação Infantil no Brasil, mostra que por volta da década de 1970 e 1980, teve-se, por meio de lutas sociais, uma ampliação na oferta de vagas nas creches públicas, no entanto, estas instituições tinham como foco ofertar assistência às crianças pequenas, nos aspectos de alimentação, higiene e descanso, o que implicava em uma baixa exigência na formação dos profissionais que atuavam diretamente com as crianças, bastando terem um lado materno para acolher e cuidar (NASCIMENTO, 2010). As exigências de formação específica para atuação na primeira infância, é relativamente recente na história do Brasil, como aponta Kramer (2006, p.804),

[...] Formar professores para lidar com crianças pequenas é uma tarefa nova na história da escola brasileira e, para muitos, desconhecida e até mesmo menos nobre; ter crianças com menos de 7 anos na escola parece surpreender ou impactar gestores e pesquisadores. (KRAMER, 2006, p. 804).

Discorrer sobre a docência dedicada à infância, implica diretamente em retomar as concepções apregoadas no cerne da profissão, que apresenta reflexos reais atualmente, mas como pode-se imaginar, reflexos permanentemente silenciados, na tentativa de desvalorização e precarização dos profissionais que atuam na primeira infância. Conforme explicitam Matoletta; Bierwagem e Toledo (2018, p. 122):

[...] os docentes estiveram presentes nas escolas infantis desde os jardins de infância, sem, no entanto, nenhuma formação específica. Isso porque o cuidar e o educar não eram vistos como responsabilidades educacionais, e sim como um direito assistencial da família.

A perspectiva assistencialista apontada pelas autoras, ainda possui reflexos na caracterização dos profissionais que atuam com crianças, estando carregada da ideia de que essa profissão limita-se ao cuidar, impregnado com um viés de desvalorização desse ato, que passa a ser empregado como uma prática que não demanda formação e como consequência direta, não requer uma valorização pessoal e salarial daqueles que debruçam-se à carreira docente dedicada à infância:

A consciência que a área possui da necessidade de empreender ações e políticas que visem à qualificação, formação e melhoria dos níveis de escolarização dos/as profissionais fica, muitas vezes, prejudicada pela visão comum de que para “cuidar de crianças”, assim como o faziam as escravas, não é preciso formação. Basta gostar de crianças, ter jeito e vocação, desconhecendo-se que tais critérios também são construções socioculturais que trazem consequências sérias para a profissão. (SAYÃO, 2010, 77)

Neste contexto apontado pela autora, tem-se a presença das auxiliares, pajens ou monitoras infantis, que intrinsecamente na primeira etapa da Educação Infantil são as profissionais que mais mantêm, em grande parte dos casos, relações diárias e prolongadas com as crianças no cotidiano escolar, porém antagonicamente, boa parte dessas profissionais não fazem parte do quadro do magistério e não recebem qualquer incentivo que garanta a sua formação continuada, sem contar que não possuem plano de carreira e enfrentam a precariedade e a exaustão do sistema de ensino:

[...] de um lado, a precariedade dos sistemas municipais para empreender a formação continuada e, de outro, que essa formação vem se dando, em geral, por intermédio de atividades eventuais ou episódicas que estão longe de garantir tempo e espaço para a qualificação necessária ao trabalho com as crianças. (KRAMER, 2006, p. 806).

Essa situação das auxiliares nos leva a refletir sobre a importância que as políticas empregam frente à formação desses profissionais, uma vez que negligenciar/sobrecarregar

os profissionais que atuam na Educação Infantil pode desencadear consequências que se perpetuam no processo da formação escolar das crianças envolvidas.

Assim, defender a valorização da infância é juntamente defender estas profissionais, que historicamente tendem a serem caladas, com uma justificativa irreal de que a função dessas educadoras limita-se ao cuidar, fato esse arbitrário, uma vez que todos os documentos oficiais sobre a Educação Infantil, reiteram que não existe um cuidado que não seja essencialmente pedagógico. Contudo, a luta em defesa da docência negada das professoras de Educação Infantil é uma luta em defesa das crianças, infância e da escola pública, em prol de resguarda do direito assegurado por lei, do acesso da criança a uma Educação Infantil de qualidade que fomente o seu pleno desenvolvimento.

2.3 O que a lei prevê para Educação Infantil?

Nas palavras de Nascimento (2010, p.561),

[...] o confinamento/a invisibilidade da infância não a impede de participar efetivamente do plano social, ainda que essa participação seja camuflada por seu pertencimento à família ou à escola. Nesse sentido, a infância não pode ser considerada como mero acessório da sociedade adulta, mas como agente social. E, tendo em vista diversas pesquisas e experiências nacionais e internacionais que indicam a creche como lugar privilegiado para o desenvolvimento das múltiplas linguagens das crianças, essa instituição parece ser o espaço de vivência da infância.

A consideração da criança como um sujeito de direitos é uma construção recente, e que dentre outras coisas, prevê a oferta de educação de qualidade que permita o acesso da criança a conhecimentos das diversas linguagens, da matemática, desenvolvimento de autonomia e reconhecimento de sua identidade na sociedade indo ao encontro dos cinco campos de experiências previstos na BNCC para Educação Infantil: O eu o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações. Historicamente a Educação Infantil nos mostra uma forte tendência em romper a concepção de escola assistencialista “[...] pois não se costuma levar em consideração o forte caráter educativo embutido nessas concepções” (Faria, 2002, p.67), com foco em apenas cuidar e assistir, e ampliar a perspectiva para o educar e cuidar, indissociáveis, visando ao desenvolvimento integral da criança.

A partir dessas considerações o RCNEI norteia as ações pedagógicas em: a Criança, o Educar, o Cuidar e o Brincar. Atentando para a importância da criança no contexto social e cultural e sua maneira particular de vivenciar o estar no mundo e com o mundo:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (RCNEI, 1998, p.23)

Vale ressaltar também que as interações entre as crianças e com o adulto, no caso o educador, com suas ações pedagógicas facilita o desenvolvimento da oralidade propiciando uma aprendizagem mais efetiva. As interações contribuem para a possibilidade de construção do dever, da moral, da justiça, e reforçar valores, aspectos essenciais na convivência humana e na interação da criança com o mundo. Para atender essas novas concepções que permeiam a configuração da Educação Infantil, a formação do docente que atuará na faixa etária de 0 a 5 anos torna-se um ponto crucial na garantia de uma educação de qualidade que desenvolva plenamente os educandos, como reitera o **PNE – Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014:**

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente as pessoas. Quando produtiva, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade e responsabilidade. A formação dos profissionais da Educação Infantil merecerá uma atenção especial, dada a relevância de sua atuação na faixa de 0 a 5 anos, incluem o conhecimento das bases científicas do desenvolvimento das crianças, da produção de aprendizado e habilidade, reflexão sobre a prática, de sorte que esta se torne cada vez mais forte de nossos conhecimentos e habilidades na educação das crianças. Além de formação acadêmica prévia, requer-se a formação permanente, inserida no trabalho pedagógico nutrindo-se dele e renovando-o constantemente. (PNE - BRASIL, 2014)

No que se refere à formação de professores para a Educação Infantil, a LDB 9394 (BRASIL, 1996), como explicita o artigo 62, indica que a formação pode se dar em diferentes cursos de licenciatura, em que é admitida a formação em nível médio na modalidade Normal.

Com base nesse artigo 62, torna-se possível inferir que se faz necessário que o profissional que atua com crianças, tenha uma formação que respalde um conhecimento científico para possibilitar uma ação que enfoque no desenvolvimento físico, mental e social da criança em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.

O Anuário Brasileiro de Educação Básica de 2020 (Cruz e Monteiro), evidencia que intrinsecamente na Educação Infantil ainda persistem desafios específicos para a formação inicial exigidas por lei. Os dados mostram que apenas 76,3% dos profissionais da Educação Infantil possuem nível superior, valor esse aquém do estimado se comparado com o nível de escolarização dos professores de Ensino Médio.

Quase um quarto dos professores de Educação Infantil não tem curso superior.

Professores da Educação Básica
Por nível de escolaridade e etapa de ensino – Brasil – 2019 (Em %)

	Superior			Ensino Normal / Magistério	Ensino Médio	Ensino Fundamental
	Total	Com pós-graduação	Sem pós-graduação			
Educação Infantil	76,3	34,8	41,5	15,3	8,0	0,5
Ensino Fundamental	87,6	42,6	44,9	7,7	4,5	0,2
Ensino Médio	96,9	48,1	48,8	0,8	2,2	0,0

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.
Nota: 7.

Figura 1 - Professores da Educação Básica por nível de escolarização e etapa de ensino

Fonte: CRUZ e MONTEIRO (2020)

Considerando o educador como profissional responsável pelos estabelecimentos das relações intrínsecas entre o cuidar e o educar no cotidiano das creches e pré-escolas, evidencia-se a preocupação e o desafio de qualificar esses profissionais, uma vez que:

[...] um adulto-educador diferente, é capaz de proporcionar as condições adequadas para um desenvolvimento infantil autônomo: não somente em relação à reconstrução, pela própria criança, do conhecimento já produzido, mas também para a criação coletiva da cultura infantil advinda dessa experiência e da sua imaginação, do conhecimento espontâneo. [...] É necessário, também, estar informado sobre a existência de diferentes tipos de conhecimento e de como se dá sua produção nas diferentes idades. (FARIA, 2002, p. 213)

Faz-se possível perceber, com os apontamentos da autora, a complexidade e a responsabilidade da ação docente na Educação Infantil, levando a considerar que não se pode ou se deve designar essa função a qualquer profissional, uma vez que profissionais mal

ou não qualificados exercendo a função de docentes podem comprometer seriamente a formação de base de diversas crianças, como reitera Cardoso,

[...] a educação enfrenta desafios em sua realidade cotidiana e a escola fica com a responsabilidade de propiciar condições à continuidade da formação de seus educadores e ampliar as dimensões do conhecimento, a percepção de mundo e de si próprios, para que tenham condições de se aproximar, acolher as crianças e estimulá-las ao movimento e ao perceber nas atividades pedagógicas propostas, bem como valorizar a exploração dos sentidos do corpo que pressupõe uma aprendizagem com significado. (CARDOSO, 2013, p.33)

Como apontado anteriormente pela autora, a garantia de uma educação de qualidade, perpassa a disponibilização de uma melhor e contínua formação dos educadores que se dedicam à primeira infância.

3. METODOLOGIA

Procederemos à análise realizando primeiro uma pesquisa teórico-conceitual de dados bibliográficos dos autores de relevância sobre a temática que visam sistematizar o percurso histórico da Educação Infantil que desencadeou a construção do cargo de Auxiliar. Existem inúmeros artigos, teses, livros e documentos que abordam sobre a temática, como a LDB 9.394/96, RCNEI, PNE (2014-2024), Priore (2010), Kramer (1994-2006), Faria (2002), Kuhlmann Jr (2000), Cardoso (2013) entre outros. Esse referencial apontado não esgota a vasta literatura presente sobre a temática, sendo que o mesmo poderá ser ampliado conforme as necessidades de pesquisa. A partir dos elementos obtidos dos dados bibliográficos, o artigo se encaminhará para a análise de documentos que respaldam elementos expressivos para apoiar a delimitação do perfil previsto para o cargo de Auxiliar ou Monitor Infantil.

Visando contribuir na delimitação do perfil do Auxiliar e na comparação entre os apontamentos “oficiais” sobre as atribuições do cargo e as reais funções exercidas pelas Auxiliares no cotidiano escolar, o presente trabalho apoia-se em uma abordagem metodológica de cunho qualitativo, no qual Gil (2008) relata que uma das peculiaridades deste tipo de pesquisa está na utilização de técnicas para a coleta de dados, como o questionário. Assim, este tipo de pesquisa foi aderido pelo fato de possuir um caráter observacional, buscando trabalhar sobre informações, dados e fatos relatados e fornecidos exclusivamente pela pessoa que foi abordada, a fim da mesma relatar acontecimentos e dados com aspectos vivenciados na realidade.

O instrumento de coleta de dados utilizado é o questionário, sendo seguido por três questões fechadas e seis abertas, antecipadamente analisadas e direcionadas para que os objetivos do trabalho possam ser alcançados. Questões utilizadas como instrumento de pesquisa:

Formação em licenciatura plena em Pedagogia []sim []não

Tempo trabalhado como ADEB _____

Você exerce a função de docente na escola? Sim [] Não [] Talvez []

- i) As funções previstas para o cargo de ADEB ao prestar o concurso Público, corresponderam com sua vivência na prática? Se não, como é a sua prática estando no cargo de ADEB?
- ii) Alguma vez você como auxiliar de classe teve que assumir uma sala? Como isso aconteceu?
- iii) Estando no cargo de ADEB, sente-se valorizado(a) como profissional da educação ou sente a sua docência negada?
- iv) Se sim, por que acredita que sua função docente está sendo negada? Como enxerga essa negação?
- v) Alguma vez você teve vontade de desistir do cargo ou até mesmo da profissão? Se sim, o que lhe fez pensar sobre isso? O que não lhe permitiu desistir?
- vi) Descreva brevemente o que almeja para o cargo de ADEB para os próximos anos. Como isso impactará na oferta de educação de qualidade para as crianças, da Educação Infantil?

Segundo Amaro; Póvoa e Macedo (2004/2005) a formulação das questões devem estar de acordo com o tema da pesquisa, sendo desenvolvidas com clareza, coerência e naturalidade, tendo como norteador de seu feito a não indução de respostas e a libertação do informante sobre qualquer juízo de valor ou do prejulgamento do próprio autor das questões. A técnica utilizada visa respeitar a liberdade de expressão e o sigilo do entrevistado, sendo os dados obtidos destinados somente para os fins da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de corroborar os estudos discorridos até o presente momento sobre a importância do papel do educador qualificado na atuação com a primeira infância e como esse papel vem oficialmente sendo negado às auxiliares que atuam com total similaridade ao cargo de professor de Educação Infantil, foi realizada uma análise dos conteúdos por meio das

respostas aferidas a um questionário de cunho qualitativo, enviado a 100 e efetuado por 83 auxiliares atuantes na Educação Infantil no município de Carapicuíba (SP).

Os sujeitos da pesquisa são todos do sexo feminino (100%), o que vai ao encontro histórico da relação entre Educação Infantil e o papel feminino ligado aos aspectos maternos, intrinsecamente aos cuidados. Serão denominadas de “entrevistada” as participantes de 1 a 83, para manter o anonimato das informantes. Sobre a formação profissional, 78 possuem ensino superior completo em pedagogia (94%) e apenas 5 (6%) estão com o curso superior em andamento, evidenciando que essas profissionais não possuem um baixo grau de formação e assim não são leigas na área em que atuam. O perfil das informantes, mostra que todas possuem nível superior concluído ou em curso, diferente do que “espera-se” historicamente para o cargo, uma vez que em tese para atuar na Educação Infantil o profissional não precisa de formação, pois irá somente “cuidar” de crianças, mas na realidade é justamente o contrário, faz-se necessário formação específica e contínua para garantir os direitos e o desenvolvimento pleno das crianças envolvidas como foi discutido por Kramer (2006).

Outro dado relevante, é que todas as profissionais que colaboraram para pesquisa são concursadas e buscam reformas educacionais que melhorem a qualidade de trabalho e como consequência reflita na melhoria e valorização da Educação Infantil na sociedade. Todas as respondentes atuam na creche ou no AEE (Atendimento Educacional Especializado) e reiteram que torna-se indispensável ter conhecimentos específicos na área, como foi discutido pela LDB (1996); PNE (2014-2024); Cardoso (2013) e Kramer (2006), ao apontarem em seus estudos a importância da formação de base e continuada dessas educadoras que deve receber uma atenção especial, por causa da necessidade de uma atuação específica e direcionada ao desenvolvimento pleno dos sujeitos de 0 a 5 anos e 11 meses. Nessa mesma perspectiva, as entrevistadas não concebem que cuidar e educar possa ocorrer de forma separada e isolada, e acreditam que na prática cotidiana norteiam suas atuações em prol de cuidar e educar como previsto no RCNEI (1998), e que suas atribuições reais vão além das previstas no edital público ao serem contratadas, como pode ser visto a seguir:

ADEB – AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Atuar junto às crianças nas diversas fases de Educação Infantil (Creche e Unidades de Educação Infantil) Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, auxiliando o professor no processo ensino-aprendizagem; auxiliar as crianças e/ou jovens na execução de atividades pedagógicas e recreativas diárias; cuidar da higiene, alimentação, repouso e bem estar das crianças e/ou jovens; auxiliar o professor na construção de atitudes e valores significativos para o processo educativo das crianças e/ou jovens; planejar junto com o professor regente, atividades pedagógicas

próprias para cada grupo de crianças e/ou jovens; auxiliar o professor no processo de observação e registro das aprendizagens e desenvolvimento das crianças e/ou jovens; auxiliar o professor na construção de material didático, bem como na organização e manutenção deste material; responsabilizar-se pela recepção e entrega das crianças e/ou jovens junto às famílias, mantendo um diálogo constante entre família e creches e/ou escola; acompanhar as crianças, junto às professoras e/ou demais funcionários em aulas - passeio programado pela creche e/ou escola; participar de capacitações de formação continuada. (CARAPICUÍBA, EDITAL N° 06/2018)

Como apontado no documento do edital do concurso público, evidenciou-se que as atribuições previstas para o cargo de ADEB, envolveu atuar no auxílio do professor em suas diferentes tarefas, fato esse que divergiu das respostas aferidas pelas entrevistadas. Quando questionadas sobre sua prática diária no cargo, reiteraram:

[...] temos total semelhança com o cargo de professor. Por várias vezes assumi a sala de aula com ou sem outra auxiliar em sala. Quase diariamente sem a presença do professor contanto muitas vezes com ajuda de uma estagiária. A ordem que recebemos é que em recesso escolar mesmo sendo auxiliares do professor temos de receber os alunos. Quando professores faltam ou entram de licença também somos obrigadas a atender. **O município alega que apenas cuidamos**, sendo que não temos como não cuidar e ensinar ao mesmo tempo. Então fica a dúvida, já que só cuidamos porque as pajens não permaneceram na secretaria da educação e porque em nosso município a exigência de estar cursando pedagogia? (entrevistada 10)

[...] resumidamente o papel de ADEB, corresponde a auxiliar e ao professor titular, cuidar e participar de toda a rotina da criança. No entanto, a realidade é outra, **nós é que assumimos a sala de aula e criamos a rotina em sala de aula**. (entrevistada 12)

[...] pois na falta do professor nós ADEBs acabamos assumindo a sala, porque nem sempre há um professor substituto para cobrir a falta. No período da tarde, por exemplo, também **não há professor, então são as ADEBs que são responsáveis pelas salas e atividades realizadas nesse período**. (entrevistada 53)

Fonte: Respostas das entrevistadas, 2021. Grifo nosso. Elaborado pelas autoras.

A fala da “entrevistada 10”: “O município alega que apenas cuidamos”, retomou as reflexões sobre como as escolas e municípios percebem a Educação Infantil, levando a considerar que ela é vista como uma fase limitada ao cuidado, como afirmaram Matoletta; Bierwagem e Toledo (2018) e Sayão (2010) quando alertaram sobre o cuidar e educar de forma indissociável, e a necessidade de profissionais capacitados para atuação diretamente com as crianças, e o contrário disso, busca desprestigiar as profissionais que atuam nessa etapa, explicitando o ato de cuidar como sendo o único atributo de suas práticas. O cuidado é um elemento muito presente e marcante nessa fase de desenvolvimento da criança, mas não somente, assim não podemos utilizá-lo como “muleta” para reduzir e desvalorizar as

educadoras e educadores que se dedicam à infância. O pesquisador Khulmann, apontou que “[...] Não é à toa que ainda hoje se encontrem pedagogos que torçam o nariz com a ideia de que trocar fraldas seja objeto de ocupação de sua ciência”. (2000, p.12 e 13), infiro que isso ocorra justamente por conta da estigmatização histórica do ato de cuidar, como sendo algo ruim e sujo, não digno de ser exercido por pessoas com formação e como consequência deve ser exercido por qualquer pessoa que minimamente goste de crianças, não existindo a necessidade dessas pessoas serem formadas e valorizadas profissionalmente.

Ainda sobre a prática diária do cargo de ADEB, as entrevistadas foram indagadas se assumem ou já assumiram sala sem a presença de professor, e todas responderam que sim, “Sim, a sala em que trabalho é período integral, ou seja, o Professor só acompanha um turno, o outro somos nós que assumimos, e isso é ano letivo inteiro!” (entrevistada 53), as falas apontaram que as atribuições previstas no edital para o cargo de ADEB: **auxiliar o professor**, não condizem com a realidade vivida, uma vez que todas, já assumiram e assumem sala, intrinsecamente na creche integral. Neste contexto, é possível corroborar que mesmo as auxiliares não sendo consideradas professoras, tendo o papel docente negado, sem plano de carreira e nem sequer fazendo parte do quadro do magistério, essas profissionais dedicam-se a uma efetiva atuação que transcende a perspectiva reducionista de cuidado, e perpassa a articulação de propostas educativas em uma interligação entre cuidar e educar.

Assim faz-se necessário estruturar como essas profissionais percebem-se enquanto profissionais da educação. Para tal, elas foram questionadas se sentem-se valorizadas exercendo este cargo, e a resposta foi majoritariamente **NÃO**, como forma de desabafo, elas discorreram:

Jamais, pelo contrário! (entrevistada 3)

Infelizmente não, porque assumimos por vezes todos os deveres do Professor, mas não temos nenhum direito que eles obtêm. (entrevistada 6)

Não! (entrevistada 11)

Não, porque toda nossa contribuição, trabalho, sucesso são atribuídos ao professor. Se trabalhamos no nosso período alguma dificuldade do aluno e conseguimos ajudá-lo os créditos serão reservados ao professor de sala. (entrevistada 22)

Com certeza NÃO!!!!!! (entrevistada 64)

Não, assumo um papel que não me é destinado a fazer e, no entanto, não recebo salário condizente ao mesmo. (entrevistada 73)

Não! (entrevistada 80)

Não, porque na prática exercemos muito além das funções descritas para o cargo. E no final todos os créditos são direcionados ao professor e não a equipe como um todo. (entrevistada 83)

Fonte: Respostas das entrevistadas, 2021. Elaborado pelas autoras.

Neste mesmo sentido, outras duas indagações foram feitas, a primeira buscou entender se essas profissionais já tiveram vontade de desistir do cargo e a segunda se percebem que o papel delas como docentes está sendo negado, e as respostas a essas questões foram complementares, como pode ser percebido com as entrevistadas 73 e 83:

Desistir não, mas **desanima a desvalorização do Cargo**. Em resumo, acredita-se que as ADEBs estão apenas para limpar, cuidar e conter as crianças na hora da atividade, mas na prática, no convívio com os alunos observamos suas dificuldades e trabalhamos para orientá-los da melhor maneira possível, no intuito de sanar ou diminuirmos essa dificuldade. **O que não nos deixa desistir é o amor pela profissão, a evolução das crianças** e obviamente os exemplos que vemos da Categoria, profissionais que estão há anos no cargo e não deixam de acreditar que dias melhores virão e que trabalham com toda a competência e esforço sem esmorecer. (entrevistada 73)

Sim, a principal causa é a falta de reconhecimento e desvalorização do trabalho das ADEBs, fazendo-se assim, **nos sentirmos desmotivadas**. O que faz com que continuemos, é o amor e a satisfação que sentimos, cada vez que presenciamos a evolução e a transformação que proporcionamos no desenvolvimento de cada criança. (entrevistada 83)

Bom, uma vez que, o plano de carreira é um direito para o cargo porque não o fazer?! E essa **negação não só afeta negativamente a nós, mas a própria educação**, tendo em vista que não temos autonomia para executarmos nossos planos de ensino em favorecimento à criança. (entrevistada 73)

Sim, pois na interação que temos no dia a dia com as crianças não podemos atribuir apenas a função de cuidar, mas também exercemos o papel de educar, uma vez que o cuidar e o educar é indissociável, sendo assim, o nosso trabalho não se distingue do trabalho do professor. Além do que, **o cargo de professor de Educação Infantil pela lei exige qualificação de nível superior e nós temos ou no mínimo estamos cursando**. (entrevistada 83)

Fonte: Respostas das entrevistadas, 2021. Grifo nosso. Elaborado pelas autoras.

Desvalorização e amor pela educação das crianças, são as palavras que resumiram os sentimentos destas profissionais, que constantemente reiteraram a esperança pela valorização e reconhecimento do cargo como indispensável para garantia da Educação Infantil pública de qualidade, e para tal elas pleiteiam melhorias para essa etapa da educação básica historicamente renegada, partindo do reconhecimento da atuação delas como análoga e tão importante quanto a realizada pelo professor de Educação Infantil. Com isso, essas profissionais esperam que o cargo de ADEB seja equiparado ao cargo de professor, e que sejam reconhecidas como docentes e efetivamente profissionais da educação. A entrevistada 54 reiterou:

O que almejamos é o **enquadramento funcional do nosso cargo, atendendo a todas as exigências previstas na legislação vigente**, como o ensino superior completo em pedagogia, visto que nossa realidade prática tem total semelhança com o cargo de professor. Acredito que o impacto que essa mudança causará será no atendimento educacional da criança, visto que o trabalho em equipe ativa a criatividade e em grande parte produz resultados melhores do que o trabalho individual. **Sendo a criança o foco principal dessa discussão, faz-se necessário o desenvolvimento de ações pedagógicas com qualidade e eficiência**. (entrevistada 54)

Fonte: Respostas das entrevistadas, 2021. Grifo nosso. Elaborado pelas autoras.

Assim, o que as entrevistadas mais desejam é o reconhecimento como professoras de Educação Infantil, para com maior motivação e valorização continuarem lutando pelas crianças como sujeitos de direitos, com prioridade absoluta e em desenvolvimento, como é previsto na C.F (1988) e LDB (1996), e discutido por Priore (2010) e Nascimento (2010). Portanto, pleiteiam uma Educação Infantil de qualidade, uma vez que acreditam que lutar pela infância é lutar por professores preparados e motivados para promoverem plenamente seus cargos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defronte ao que foi abordado por meio do referencial teórico levantado que permeou a Educação Infantil, o cuidar e o educar como ações indissociáveis, e os resultados e discussões realizados com base nas respostas aferidas pelas entrevistadas, tornou-se possível compreender que o objetivo geral pleiteado no início deste trabalho, que foi comparar as funções exercidas pelas auxiliares na prática cotidiana, com as atribuições previstas em documentos oficiais, foi cumprido, em um viés de aludir a problemática enfrentada pelas auxiliares e dar voz a elas para que as mesmas desvelassem suas angústias e expectativas para a carreira docente dedicada à infância. Por outro lado, a maior dificuldade frente aos objetivos específicos, fez-se no levantamento teórico para situar as auxiliares na história da Educação Infantil no Brasil, pois percebeu-se uma escassez de referenciais teóricos sobre essa temática e até mesmo em documentos oficiais. Acreditou-se que um agravante nessa defasagem esteja nas diferentes nomenclaturas atribuídas a essas profissionais, o que dificulta um direcionamento do pesquisador e juntamente a falta de visibilidade concreta da existência deste cargo.

Como apontado anteriormente, a pesquisa trouxe respostas às questões levantadas inicialmente, e a primeira resposta plausível foi que o trabalho exercido cotidianamente pelas ADEBs, transcende as atribuições previstas para o cargo, cabendo pontuar que ao assumirem um papel que deveria ser assumido por um professor titular, configura-se como uma ação muito similar ao desvio de função, o que por sua vez tende a levar o profissional a um sentimento de injustiça, pois realiza as mesmas atividades de outro cargo, porém não possui reconhecimento profissional por tal feito. Embarcando no problema de pesquisa, outras questões foram levantadas, como: “Sente-se valorizada no cargo?”; “Pensou em desistir da profissão?”; “Percebe que seu papel docente está sendo negado?”; “O que almeja para o futuro de seu cargo?” e com as respostas, tornou-se evidente que as auxiliares clamam por reconhecimento e valorização do cargo, e que mesmo tendo a sua docência negada oficialmente, continuam desempenhando suas funções em prol de efetivar as práticas

educativas no chão da sala de aula, preocupando-se de modo veemente com a aprendizagem e desenvolvimento das crianças que estão na Educação Infantil.

Contudo, este trabalho não tem a menor pretensão de esgotar as discussões frente à temática, muito pelo contrário, ele busca ser um instrumento de reflexão para as escolas e seus educadores e gestores, também aos municípios e estados para que percebam a importância do trabalho dessas auxiliares, pajens, monitoras, recreadores, atendentes de creche e outros nomes que as empregam, e admitam que a função exercida por essas trabalhadoras é de imensurável impacto para a garantia do direito à educação nas creches de 0 a 3 anos. Portanto, valorizá-las é juntamente valorizar a Docência, as Crianças e a Educação Infantil, pleiteando o acesso a uma escola pública de qualidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Ana; PÓVOA, Andreia; MACEDO, Lúcia. A arte de fazer questionários. 2005. 11 p. Artigo científico (Mestrado em Química) - Faculdade de ciências, Universidade do Porto, [S.l.], 2005. Disponível em: <<https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/A-arte-de-fazer-question%C3%A1rios.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

BRASIL/MEC. **Base Nacional Comum Curricular.**

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Vol.3. Brasília: MEC\SEF, 1998.

CAMPOS, M. M. Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Por uma política de formação do profissional em educação infantil*. Brasília: MEC/SEF/Coedi, p.32- 42, 1994. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/260855230/Educar-e-Cuidar-Questoes-Sobre-o-Perfil-Do-Profissional-de-Educacao-Infantil>. Acesso em: 06 jun. 2020

CARDOSO, Débora da Silva. Despertar da percepção na Educação Infantil: caminhos para uma aprendizagem totalizante. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

REVISTA EDUCAÇÃO. Contratadas como auxiliares de Educação Infantil, profissionais exercem função de docentes. S.L: 2018. versão *online*. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2018/01/31/contratadas-como-auxiliares-educacao-Infantil-profissionais-exercem-funcao-de-docente/> . Acesso em: 30 de dez. 2019

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. Mary Del Priore (Org.) 7. Ed. – São Paulo: contexto, 2010.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da educação Infantil / 2º ed – Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KUHLMANN JR, M., 2000, **Histórias da educação infantil brasileira**. Revista Brasileira de Educação N°14.

KRAMER, S. Subsídios para uma política de formação do profissional de educação Infantil. Relatório síntese, contendo diretrizes e recomendações, in: **Por uma política de Formação do Profissional de Educação Infantil**. MEC, 1994.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. *Educação & Sociedade*, v. 27, n°. 96, p. 797-818, out. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a09v2796>> Acesso em: 06 dez. 2020.

_____. Lei de diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394 de 20, de dezembro de 1996.

MARAFON, Danielle; FREIRE, Tamy Niwa Mattos. **INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO INFANTIL, AS CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – UM ESTUDO DE CASO**. XI Congresso nacional de educação – EDUCARE – Pontificadora Universidade Católica do Paraná – Curitiba, 2013. 14p.

MOLETTA, Ana Keli. A educação infantil e a garantia dos direitos fundamentais da infância [recurso eletrônico] / Ana Keli Moletta, Gláucia Silva Bierwagen, Maria Elena Roman de Oliveira Toledo; [revisão técnica: Joelma Guimarães]. – Porto Alegre: SAGAH, 2018.

NASCIMENTO, Maria & Pedrosa, Barros. (2010). A creche da Educação Infantil: entre o ofício e o direito. 1529. 555-566. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2979/2721>> Acesso em: 14 out. 2020.

SAYÃO, Déborah Thomé. **Não basta ser mulher... não basta gostar de crianças... “Cuidado/educação” como princípio indissociável na Educação Infantil**. Educação, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 69-84, jan./abr. 2010 Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1604/899>. Acesso em: 06 jun. 2020

TODOS PELA EDUCAÇÃO; EDITORA MODERNA. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/456.pdf?1969753478/=amp;utm_source=content&utm_medium=site-todos>. Acesso em: 17 set. 2020.

Contatos: emilybonfimsouza@gmail.com e debora.sil@mackenzie.br